



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



ECA e Educação: Formação de agentes sociais e professores em políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

Elisiane Spencer Quevedo Goethel¹, Débora Cristina Fonseca, Clara Mauerberg de Barros², Débora Cardoso Campos

¹ Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, SP. Correspondência: lisispencer@gmail.com ² Bolsista PROEX 2014

Eixo: 1 - "Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania"

Resumo

Neste trabalho apresentaremos as reflexões desenvolvidas a partir dos dados coletados no desenvolvimento do projeto de Extensão em interface com a pesquisa "ECA e Educação: Formação de agentes sociais e professores em políticas de atendimento à criança e ao adolescente". O projeto se encontra em sua 5ª edição no ano de 2015 e busca desenvolver uma formação mais comprometida com a autonomia dos sujeitos em seu processo de desenvolvimento, bem como mobilizar a reflexão e a participação como caminhos para uma formação mais consistente, fortalecendo os agentes sociais e professores para a proteção total da criança e do adolescente, amparados na Lei que trata especificamente dos direitos de crianças e adolescentes: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Considerando que há uma grande dificuldade de compreensão do ECA, surge a necessidade de trabalhar uma formação mais adequada desses agentes responsáveis pela efetivação das políticas de atendimento a essa população. Neste sentido, a proposta tem sido a de preparar agentes sociais e professores da cidade de Rio Claro e região para que o trabalho com as crianças e adolescentes seja cada vez mais efetivo em relação à aplicabilidade do ECA e para o fortalecimento das redes de atendimento. Também objetiva-se intensificar a comunicação entre agentes sociais e professores, que se mostra por meio do diálogo e troca de experiências durante o encontro nos grupos.

Palavras Chave: Educação, Políticas Públicas, Criança e Adolescente.

Abstract:

In this paper we present the reflections developed from the data collected in the development of the extension project on interface with research "ECA and Education: Formation of social workers and teachers in children and adolescents care policies". The project is in its 5th edition in 2015 and seeks to develop a more committed formation with the autonomy of individuals in their development process and to mobilize reflection and participation as ways for a more consistent formation, strengthening the social workers and teachers to the full protection of children and adolescents, supported with the law that specifically addresses the rights of children and adolescents: the Statute of Children and Adolescents (ECA). Whereas there is a great difficulty in understanding the ECA, there is a need to work more adequate formation of these responsible agents for carrying out the attendance policies to this population. In this sense, the proposal has been to prepare social workers and teachers of the city of Rio Claro and region, so that work with children and adolescents is increasingly effective in relation to the applicability of the ECA and to the strengthening of attendance networks. It also aims to intensify the communication among social workers and teachers, which shows through dialogue and exchange of experiences during the meeting in groups.

Keywords: Education, Public Policies, Child and Adolescent.

Introdução

O artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) elenca direitos de crianças e adolescentes que

foram regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o qual, em seu Livro I, traz a declaração detalhada desses direitos e, no Livro II, trata dos mecanismos de viabilização dos



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROG. DE EXTENSÃO CURRICULAR

mesmos, isto é, a maneira como podem ser garantidos.

O ECA adotou a doutrina da proteção integral, que tem como alicerce a convicção de que crianças e adolescentes são credores de direitos próprios e especiais e que, em razão de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção especializada, diferenciada, integral.

Sob a vigência do ECA, as crianças e adolescentes brasileiros passam a ter na lei uma salvaguarda de seus direitos, uma vez que a doutrina da proteção integral parte do entendimento de que todas as crianças e adolescentes – e não apenas aqueles em “situação irregular” – são sujeitos de direitos em condições especiais de desenvolvimento e, consequentemente, merecedores de atenção integral (Brasil, 1990; Cury, Amaral e Silva & Mendez, 1996). Entretanto, apesar da revogação da doutrina da situação irregular, ela ainda encontra adeptos de conservadores que atuam no cenário jurídico, o que se contrapõe a doutrina consagrada no texto constitucional que tornou crianças e adolescentes sujeitos de direitos. (DARLAN, 2009)

Quando se trata de direitos humanos, no caso os direitos das crianças e dos adolescentes, é possível perceber que toda a sociedade é chamada à construção de um entendimento mútuo, capaz de orientar o agir coletivo em uma mesma direção.

Com o ECA, passa a vigorar uma nova forma de compreender o lugar social das crianças e dos adolescentes. Entretanto, esta não é uma mudança automática e fácil, e tem demandado da sociedade a institucionalização de novas formas de sociabilidade, caracterizadas pela mudança na orientação da conduta social em relação à criança e ao adolescente; conduta esta pautada no reconhecimento dos mesmos como sujeitos de direitos que a sociedade deve proteger e promover em toda e qualquer situação. Isso porque a existência do direito em si não é garantia de sua efetivação, o que só ocorre, segundo Telles (1999), por meio da construção de práticas relacionais mutuamente acordadas entre os indivíduos.

Dessa forma, o desafio consiste em pensar os direitos humanos de crianças e adolescentes na tensão entre proteção, autonomia e pessoa em desenvolvimento (Arantes, 2009), não como contradição, mas como possibilidade de sujeitos concretos que gozam de direitos fundamentais.

Diante desse novo arcabouço legal, estudos produzidos na área da infância e juventude (Andrade, 2000; Frizzo & Sarriera, 2006; Nascimento & Scheinvar, 2005; 2007; Suguihiro, 1999; Liberatti & Públio, 1993) demonstram que a

organização e funcionamento dos serviços de atendimento a essa população tem se dado paulatinamente, sendo muitos, ainda, os desafios a serem enfrentados para que eles sejam, efetivamente, instituições promotoras de políticas públicas de proteção e promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes, assegurando, a esse público, a efetivação dos direitos preconizados pelo ECA.

Muitas são as razões que definem essa realidade e, dentre elas, se destaca a atuação dos agentes sociais e professores que respondem pelas instituições, aos quais falta, na maioria das vezes, a compreensão de que seu trabalho, além de ser técnico, tem uma responsabilidade com a transformação da realidade no sentido da institucionalização de uma nova e diferente forma de a sociedade ser e estar em sua relação com as crianças e os adolescentes. À falta de compreensão da importância de seu papel sociolegal soma-se, muitas vezes, o desconhecimento da legislação que ampara sua ação protetiva e promotora, bem como de toda a dinâmica que implica e na qual está envolvida. Por essas e outras tantas razões, dentre as quais não negligenciamos a questão dos recursos infraestruturais e materiais (Andrade, 2000; Nascimento & Scheinvar, 2007), inúmeros serviços e escolas espalhados pelo país afora apresentam um funcionamento muito aquém do necessário para garantir, minimamente, a efetivação dos direitos previstos no ECA.

Contrariamente, muitas vezes, a inação ou ação inadequada dessas instituições acaba dando ensejo para que os sujeitos vivenciem ou sigam vivenciando situações dos mais variados tipos de violação de seus direitos. Inúmeras vezes, o interesse e compromisso dos professores e profissionais não se fazem acompanhar por uma formação – tanto geral, quanto específica – que oriente sua ação na defesa e promoção dos direitos do público infanto-juvenil (Nascimento & Scheinvar, 2007).

O reconhecimento dessa realidade alerta para a necessidade de as instituições formadoras e entidades governamentais e não governamentais de nossa sociedade criarem oportunidades para que ao interesse e compromisso desses professores e profissionais se somem a competência técnica e humana (Freire, 1998) tão fundamentais para o adequado exercício da função por eles assumida.

No caso desses profissionais e professores, essa formação subsidia uma prática que solicita sempre um posicionamento diante das situações cotidianas no que se refere às políticas públicas, seja no



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão

questionamento da realidade ou na realização de ações que visem à melhoria da qualidade de vida e à garantia de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como da comunidade em que estão inseridos. Consideramos que a prática, dialeticamente, provoca mudanças nos sentidos produzidos pelos agentes sociais e professores, e que a formação pode ter papel fundamental nessa construção de significados e sentidos (Vigotski, 2006) sobre o mundo e, no caso específico, no bojo deste projeto de extensão em análise.

Partimos do pressuposto de que uma formação capaz de levar à reflexão, a partir dos sentidos produzidos historicamente sobre a constituição e o desenvolvimento do indivíduo, respaldada em referenciais históricos, culturais e sociais e na discussão sobre políticas públicas, que leve a repensar as concepções naturalizadas e assistencialistas predominantes (Fonseca, 2008), pode tornar a prática desses sujeitos mais efetiva na rede de atendimento, possibilitando um olhar preparado e menos naturalizado sobre a realidade do município.

Cientes da necessidade de fortalecimento dessas instituições (serviços de atendimento, escolas e outros) para a efetiva promoção da proteção integral à criança e ao adolescente, nos termos preconizados pelo ECA, e do compromisso da universidade pública de servir à comunidade, contribuindo para a efetivação de mudanças que promovam a melhoria da qualidade de vida de todos e, de modo mais específico, de seus segmentos mais vulneráveis, propôs-se, por meio de um projeto de extensão, realizar a formação de agentes sociais e de professores do ensino fundamental do município de Rio Claro e da microrregião a ele correspondente na temática da "Política de atendimento a crianças e adolescentes". O projeto de extensão, em sua concepção, foi proposto na perspectiva da interface com a pesquisa. Portanto, todo o processo foi sendo registrado e analisado para que se produzisse um conhecimento avaliativo da proposta formativa, sobre a metodologia de trabalho e necessidades de formação complementar aos participantes. Neste trabalho, apresentaremos as reflexões desenvolvidas com a experiência de formação de agentes sociais e professores de ensino fundamental na temática "Política de atendimento à criança e ao adolescente" e com os dados coletados nas entrevistas e avaliação da formação, em sua última edição (2014).

Objetivos

A proposta consiste em:

- Refletir sobre o princípio da Proteção Integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre suas implicações no contexto da educação;
- Construir coletivamente o sentido do Sistema de Garantia de Direitos na prática pedagógica, apontando os desafios impostos pelo cotidiano de trabalho em ambientes educativos e sociais;
- Identificar os atores sociais responsáveis pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Discutir as possíveis soluções para as questões cotidianas das instituições e a atuação conjunta dos vários atores sociais da rede de atendimento à criança e ao adolescente, em cada município;
- Contextualizar a história pessoal de cada participante em sua aproximação com a educação.

Material e Métodos

A proposta foi desenvolvida em encontros mensais de três horas, com uma proposta de dez encontros no ano. Cada encontro constituiu-se em um módulo, onde os temas foram tratados em forma de oficina. Além disso, em dois momentos do ano ocorreram eventos abertos a toda a comunidade (interna e externa à universidade) para tratar de forma mais ampla de temas de interesse do grupo. Somam-se à metodologia, reuniões da equipe executora, composta por professores da UNESP, alunos de graduação bolsistas ou voluntários, alunos de pós-graduação e outros que mostraram interesse nos estudos teóricos. Realizaram-se reuniões de planejamento das atividades e reuniões de estudos temáticas. O trabalho com o grupo expandido (com os agentes sociais, professores e alunos) tem adotado como metodologia o processo grupal (Lane, 1984; Martins, 2003; 2004) e o entendimento de que as pessoas se constroem coletivamente, na relação com o outro e de forma dialética. A proposta busca, portanto, construir o entendimento dos direitos de crianças e adolescentes e suas possibilidades por meio da reflexão coletiva.

Os módulos foram organizados de forma a articular a abordagem teórico-conceitual e a normativo-legal das temáticas propostas à abordagem dialógica e dinâmica por meio da qual os participantes são estimulados a expor e a pôr em discussão os saberes, conhecimentos e concepções que subjazem sua prática cotidiana na educação de crianças e adolescentes. Esses saberes, conhecimentos e concepções, por sua vez, são confrontados entre si e com a produção teórica e normativo-legal, de modo que todos têm a oportunidade de construir formas mais elaboradas



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROJETO DE EXTENSÃO

de compreender, esperando-se que se convertam em renovadas formas de fazer.

Os conteúdos programáticos se baseiam no que está previsto na Resolução no 113/2006 e no ECA. A esses conteúdos foram acrescidas temáticas identificadas como demandas locais de formação, por meio da análise dos questionários respondidos no primeiro encontro. Entre alguns temas propostos para a formação estão: Compreensão do processo de elaboração do ECA; Significado do Sistema de Garantias de Direitos; Papel e atribuições dos conselhos tutelares e de direitos; Atendimento em rede; Relações institucionais; Família, sociedade e Estado; Educação e escola e outros definidos pelos educadores.

Ao final de cada ano, os participantes produziram, individualmente, um texto avaliativo da formação e que expressasse o significado e os impactos do projeto no que se refere aos seus conhecimentos, saberes, percepções e formas de fazer o trabalho social e educativo com crianças e adolescentes. Entretanto, a cada encontro, os participantes avaliavam seu processo de formação, na perspectiva de que a reflexão sobre o processo deve ser contínua.

Além disso, os participantes foram convidados a participar da pesquisa através de uma entrevista individual semiestruturada, tratando do trabalho que realizam, das bases que o sustentam e do trabalho de formação a que se submeteram/participaram.

Com base nesses elementos e em sua análise, têm sido produzidas análises sobre o processo de formação desencadeado pelo projeto de extensão.

Resultados e Discussão

A experiência indicou um grande desconhecimento dos participantes sobre o ECA e sobre o SGD, sendo suas práticas muito mediadas por valores e preconceitos construídos em sua história de vida e com base no senso comum. A fala dos professores é sempre atravessada dessa natureza comum, tal como: "o ECA parece só dar direitos e as crianças usam isso para ameaçar pais e professores" e dos agentes sociais por uma perspectiva assistencialista e não de direitos.

Se analisarmos esses discursos, podemos entender que esta visão é ainda compartilhada pela maioria da população, principalmente pela inação do poder público na promoção de políticas públicas equânimes. A lógica governamental, continua na perspectiva assistencialista, o que corrobora para a perpetuação da filantropia em detrimento dos direitos previstos na legislação nacional e internacional.

Em algumas entrevistas ficou evidente o desconhecimento e a dificuldade em compreender/apreender o ECA, sendo o acesso ainda muito restrito. Muitos declaram não ter tido contato com o Estatuto da Criança e do Adolescente nem durante sua graduação. Neste sentido, o projeto de extensão parece estar contribuindo com a aquisição do conhecimento fundamental sobre o ECA.

Para muitos participantes, o ECA parecia ser visto de forma legalista e difusa, ou seja, apenas como um conjunto de leis, que além de pouco divulgado, ainda não é cumprido. De maneira geral, todos indicaram reconhecer a importância e os objetivos do ECA, mas, apesar do reconhecimento do processo histórico, das lutas, e do ganho que o ECA representa para a sociedade brasileira, parece ainda estar distante do mesmo, ou seja, parece existir uma dificuldade para incorporá-lo em seu cotidiano, para vivenciar seu significado.

Diante desses elementos, o processo de leitura e reflexão sobre o ECA, de forma coletiva, em pequenos grupos, norteados pelo histórico social da criança e da família no Brasil, e de histórico de formulação da lei (processo social) parece ter possibilitado, na discussão coletiva, na dinâmica do processo grupal, que alguns participantes revissem suas posições, fato este exemplificado em frases como: "nunca me ensinaram a ler a história assim", "nos ensinaram a ver a história só por uma perspectiva"; "nunca tinha lido o ECA dessa maneira, entendendo que direitos subjazem quais práticas".

As falas de alguns participantes às vezes trazem referência a terceiros e pouco de si próprios, como por exemplo, alguns comentam que o Estatuto ainda é alvo de muito preconceito, mas não comentam de seus próprios preconceitos em relação ao mesmo.

Entretanto, é possível perceber que grande parte dos participantes, de alguma forma, após a participação no projeto de extensão, mudaram sua visão ou alguns pré-conceitos em relação ao ECA. O trabalho parece ter provocado mobilizações internas no que se refere à aplicabilidade do ECA, como ilustra a fala de um participante sobre o seu processo de reflexão e reconstrução de valores: "então é desconstruir conceitos, banir preconceitos e fazer uma reconstrução de outros valores, de outros processos mesmo..." (professor, grupo 2011). A importância desse processo também é discutida por Martins (2009) que afirma que para isso se faz necessário: "(...) uma formação que implique o questionamento da realidade, isto é, o exercício permanente do raciocínio pelo qual se extrai, de



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

relações inteligíveis já alcançadas, uma nova relação" (p. 9).

Outros participantes indicaram a vivência de um processo pessoal de reflexões. Um participante do grupo 2011 demonstra em sua fala, a riqueza das discussões, do compartilhamento de conceitos e opiniões com outros participantes, dizendo: "quando surgem alguns pensamentos muito conservadores, muito preconceituosos, é sempre para mim muito válida qualquer discussão". É possível perceber que esse compartilhamento de ideias pode levar a reflexão e até mesmo uma (re)construção coletiva de saberes e conceitos.

Algumas falas ilustram um processo pessoal e mais individual de transformação, e reflexão, como por exemplo: "durante os encontros do projeto eu tive vários insights" e "foram vários, vários os momentos que eu me peguei surpresa com informações que eu não tinha"(participante, grupo 2012).

Na fala dos professores e agentes sociais foi possível apreender que a participação no projeto de extensão instalou o conflito, ou seja, a pessoa demonstra ter saído da condição anterior em relação ao seu conhecimento/entendimento sobre o ECA e sobre políticas de atendimento, o que, de certa forma demonstra que o objetivo do referido projeto foi alcançado. Consideramos como relevante este aspecto, pois os participantes não precisam construir outras certezas, mas entender que é possível pensar outros modos de fazer na prática cotidiana de educador.

Sabemos que os sujeitos ainda não formam um novo conceito, mas desconstróem aquilo que trouxeram como valores e conceitos e começam a questionar, o que parece ser bastante importante no processo de formação. Este processo dialético em curso é o que possibilita novas significações e a construção de sentidos.

Uma consideração que se faz necessária quanto à compreensão de sentido e significado refere-se ao entendimento de que ambos são parte do mesmo fenômeno. Compreensão análoga à relação objetividade-subjetividade, ou seja, não estão numa relação dicotômica, mas fazem parte de um processo, numa relação mediada, e, sem perderem sua identidade, se fundem, fazendo-se um pelo outro.

É válido destacar que alguns participantes relatam que fazem a transmissão do conhecimento adquirido no projeto de extensão para seus colegas de trabalho, o que demonstra que a extensão tem conseguido atingir um de seus objetivos, pois os conhecimentos não ficaram restritos, eles realmente foram disseminados para outras pessoas dentro da comunidade.

Assim, podemos entender que a experiência de formação, contribuiu para a mudança de significações e, provavelmente de sentido para alguns dos participantes, de modo a levá-los a outro fazer.

A reflexão crítica pode levar a uma transformação gradual das práticas cotidianas, e o projeto parece ter contribuído também neste sentido, o que pode ser demonstrado através da fala de uma das participantes que atua como professora e em sua atuação cotidiana com seus alunos pensava: "isso não é minha obrigação, educação eles têm que trazer de casa". Ela cita na entrevista que através de sua participação no projeto, houve uma modificação em seus conceitos que inclusive ela compartilha com seus colegas de trabalho, modificando aparentemente a sua forma de agir, assim, ela destaca: "eles perceberem que antes a obrigação não era minha, agora a obrigação é também minha".

Freire (1998) destaca que é na formação permanente que é substancialmente importante reflexões críticas sobre a prática. Para o autor pensando criticamente a prática é possível melhorá-la.

O movimento de reflexão produzido pelo trabalho em grupo, parece desencadear entre os participantes um movimento no sentido da ampliação do seu modo de entender os direitos previstos no ECA, contextualizando histórica e socialmente a lei. Também tem possibilitado a "escuta do outro", ou seja, permite ao participante perceber que os demais educadores/agentes sociais também trazem conhecimentos a serem partilhados e que conjuntamente podem avançar em suas reflexões e propostas de modificação de suas vivências cotidianas. Portanto, podem construir novos modos de fazer, mais comprometidos com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e não apenas com a escolarização desses sujeitos. Assim, parecem pensar em uma escola e/ou instituição/projeto social onde todos podem e devem ser acolhidos, construindo um fazer mais equânime e não apenas na perspectiva do igualitário.

No decorrer do projeto de extensão e, portanto, do processo formativo, os participantes passaram a discutir, por exemplo, que na garantia de direitos, muitas vezes alguns precisam de uma atenção maior para que possam se desenvolver tanto quanto outros. Em outras palavras, são necessárias práticas equânimes para que, de fato, o atendimento seja democrático.

O trabalho também tem apontado a existência de muitas dificuldades e limites para a prática, pelo desconhecimento e/ou entendimento equivocado



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão

dos vários atores sociais envolvidos (família, professores, gestores) e a ausência de mecanismos sociais para a efetivação dos direitos (ausência de políticas públicas e desconhecimento das atribuições dos atores sociais constituintes do Sistema de Garantia de Direitos).

A rede de atendimento, na fala dos participantes, geralmente não funciona, mas eles mesmos não conhecem os recursos disponíveis e os caminhos para acessar esses trabalhos. Verifica-se que a rede de atendimento ainda não se efetivou na prática e nem no imaginário social dos professores, por não (re)conhecê-la. O fato de não estar presente na vida das pessoas demonstra a ineficiência e ausência de políticas públicas nessa área.

A formação parece ter propiciado aos participantes se enxergarem como parte dessa rede de atendimento, reconhecendo suas responsabilidades e ações como necessárias para o pleno funcionamento da rede. Uma professora participante do grupo de 2012 concebe como trabalho em rede o reconhecimento da sua responsabilidade, como ilustra na seguinte fala: "E o trabalho em rede é isso: é que você tem que se mover, independente se o problema é meu ou é seu, a gente tem que ter parceria, a gente tem que ter... compartilhar esse problema."

É necessário que cada ator da rede de atendimento possa se identificar como personagem principal nesse trabalho em equipe, ou então permanecerá o jogo de empurra, onde o agente acredita não ser sua aquela responsabilidade e passa para o próximo agente, sem preocupação em acompanhar o que aconteceu com o caso. Por outro lado, acolher apenas para si a responsabilidade torna o trabalho individualista. É imprescindível que o trabalho em equipe acarrete compromisso coletivo e cooperação.

Evidencia-se que a formação da sociedade civil e de todos os atores sociais ainda não se efetivou, devendo ser uma prioridade nas políticas públicas e nos fazeres da educação em geral, como uma condição para que de fato todos possam exercer sua cidadania.

Outro elemento evidenciado com o trabalho desenvolvido é que a formação do educador/agentes social/aluno deve incluir, necessariamente, uma formação política, embasada em concepções e visões de mundo ideologicamente compartilhadas.

A metodologia utilizada no projeto de extensão "Formação de agentes sociais e professores em políticas de atendimento à crianças e adolescentes" parece ser o diferencial no sentido da formação política. Na proposta deste projeto a metodologia

pensada a priori (processo grupal), inclui a participação coletiva no fazer constante, tendo sido discutida a cada encontro. Assim, ao trabalhar o processo grupal, avaliou-se a necessidade de formar profissionais que neguem a sua individualidade em prol da identidade social, para assim poderem transformar o meio em que vivem (Lane, 1984). Para tal metodologia, o grupo não se apresenta no formato escolar, ou seja, onde os participantes esperam receber o conteúdo. Nas reuniões a construção do conhecimento se faz através do diálogo, da troca de experiências pessoais e de trabalho e de discussões baseadas em textos indicados. Na avaliação de uma participante de 2013: "Todos os encontros foram preparados, bem pensados, diferente de quando você vem para um curso que não foi programado né, então todas as atividades tinham um objetivo." (agente social, 2012)

Esta reflexão sobre a metodologia indica uma construção coletiva, quando os participantes avaliam o momento atual e indicam caminhos mais construtivos e reflexivos para a equipe coordenadora. Na fala dos sujeitos evidencia-se que a participação e a reflexão têm sido mais formativas que as experiências de cursos, palestras e oficinas normalmente utilizadas como estratégias de formação em políticas de atendimento e execução de políticas públicas.

O intuito do projeto foi construir o conhecimento em grupo; e essa abordagem acabou por deixar os participantes um pouco deslocados, pois alguns chegaram esperando receber todo o "conteúdo" que seria passado pelo "professor".

Analisando a grade curricular de alguns cursos de graduação em pedagogia ou em outras licenciaturas, o atendimento à criança e ao adolescente não é tratado ou não recebe o enfoque correto. Então, o professor entra na escola sem saber como trabalhar com um adolescente ou criança que precise de determinados tipos de atendimento. Isso acontece, infelizmente, mesmo depois de 23 anos da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz logo em seus primeiros artigos que tal lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e que estes devem gozar de todos os direitos referentes à pessoa humana (BRASIL, 1990).

Quanto aos aspectos negativos, os participantes das duas primeiras edições avaliaram a carga horária como deficitária, entendendo que seria necessário um tempo presencial maior que 60 horas para suas reflexões. Em contrapartida, outra percepção de tempo é destacada por um participante de 2011: "para um projeto de 30 horas que na realidade a gente transforma em 100, em



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão

200, pois a gente vai vivendo ele fora, pois 30 horas é só ali dentro.”.

Este agente social consegue perceber que além das trinta horas presenciais, ainda existe um trabalho de formação que é realizado em sua prática cotidiana, quando reflete sobre o fazer e compartilha seus conhecimentos com outros colegas.

Outro aspecto a ser considerado e indicado por alguns participantes da edição de 2011 se refere à necessidade de maior conhecimento sobre o trabalho dos outros participantes do projeto de extensão. Um dos professores (2011) achou que os agentes sociais deveriam conhecer melhor a realidade da escola, e fala: “Uma visão da escola dentro da rede. A rede ainda acha que a escola é a solução para os problemas. É uma coisa que a gente precisa repensar”. Interessante perceber como esse participante de 2011 trata a rede em terceira pessoa em sua fala, o que pode transparecer que o mesmo não consegue se colocar como parte e nem mesmo encaixar plenamente a instituição de ensino “escola” nessa rede de atendimento.

Conclusões

Os agentes sociais e professores participantes do projeto, a cada encontro, foram possibilitando à equipe coordenadora uma compreensão maior sobre os processos psíquicos e sociais, quando avaliam seus avanços pessoais e profissionais. A formação a que estão submetidos, parece contribuir principalmente para mudanças na compreensão da realidade, e reflexões sobre o processo de elaboração e execução das políticas públicas em seu campo de atuação, tendo como foco a criança, o adolescente e seus familiares.

A avaliação do processo de formação apresentaram indícios de que o conhecimento, construído de forma reflexiva e participativa, leva os sujeitos ao comprometimento com a transformação da realidade social e educacional.

É sabida a importância de se ensinar o ECA às crianças e aos adolescentes, pois estes são os primeiros favorecidos com a lei de proteção. Porém, durante o processo de formação ficou claro a falta de conhecimento que os professores possuíam sobre o ECA e como trabalhar tal lei na sala de aula. Então fica a questão: como alguém pode ensinar o que mal sabe? Como o professor ensinará aquilo que, em sua representação social, atrapalha sua vida, já que instrumentalizará o aluno a questionar o cotidiano da escola e, em muitos casos, a prática docente.

Para superar esses obstáculos ao ensino do ECA nas escolas, vemos a necessidade de se criar espaços de formação continuada para os professores em exercício ou em formação, para que possam trabalhar com esse novo currículo. Também consideramos relevante a inclusão desse conteúdo na formação do Pedagogo, futuro professor de Educação infantil e Ensino Fundamental I, bem como na grade curricular das demais licenciaturas.

Diante da quase ausência de formação na formação inicial e continuada, o oferecimento de projetos de extensão na temática, por parte da universidade, pode melhorar a prática dos profissionais de educação e agentes sociais. Entretanto, são necessárias propostas que se apoiem em metodologias participativas, de construção coletiva de conhecimento, superando antigas práticas de cursos de formação baseados em aulas e/ou palestras. Ficou demonstrado na fala dos participantes que estas práticas não possibilitam construir novos sentidos sobre a importância legislações como o ECA. A apropriação e entendimento da lei devem possibilitar novos modos de compreender a realidade e um maior comprometimento com a efetivação dos direitos humanos.

A participação dos alunos de graduação tem, por sua vez, resultado em estudos (Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso) e ações que indicam a contribuição do projeto para formar profissionais aptos para atuarem na Área da Infância e Juventude e para multiplicarem, tanto no âmbito acadêmico, quanto profissional e social mais amplo, os saberes e conhecimentos resultantes desta experiência.

Podemos apontar como contribuição do projeto de extensão, a possibilidade de uma política de atendimento à criança e ao adolescente que avance nas áreas de prevenção e promoção dos sujeitos crianças, adolescentes e suas famílias, pela intervenção qualificada - teórico-prática - dos os agentes sociais, professores e instituições de seus respectivos municípios para interferirem na elaboração, execução e avaliação de Políticas Públicas nesta área.

Agradecimentos

À Pró-reitoria de Extensão Universitária – PROEX

AGUIAR, W.M.J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: Bock, A.M.B.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O (orgs). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 3ª ed., p. 95- 110, 2007.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



- AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicol. Cienc. Prof.*, jun., vol.26, no.2, p.222-245, 2006.
- ANDRADE, J. E. *Conselhos Tutelares: cem ou sem caminhos?* São Paulo: VERAS EDITORA, 2000.
- ARANTES, E.M. M. Proteção Integral à Criança e ao Adolescente: Proteção versus Autonomia? *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol 21, n.2, p. 431-450, 2009.
- BRASIL. *LEI Nº 11.525*, inclui conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, 2007.
- BRASIL. *Lei 8069*, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL. *Constituição Federa*, 1988.
- CONANDA. *Resolução 13*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.
- COSTA, A.C.G. da. O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo de mudanças no panorama legal. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v.37, n.197, p. 38-45, out/dez, 1990.
- COSTA, C.H. Um panorama sobre o sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Regional de Psicologia da 6ª. região (org.) *A Psicologia promovendo o Eca: reflexões sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente*, 2007.
- CURY, M.; AMARAL E SILVA, A; MENDEZ, E. G.(org.) *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: MALHEIROS EDITORES. 2a. edição, 1996.
- DARLAN, S.A criança chega ao Supremo Tribunal Federal, 2009. Disponível em: <http://www.avozdocidadao.com.br/detailArtigo.asp?ID=385&SM=6%2321&por=Siro%20Darlan>. Acessado em 20/01/2014.
- DUARTE, N. *Vigotski e o "aprender a aprender"*: crítica as apropriações neoliberais e pós modernas da teoria vigotskiana. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 2ª. edição ver. e ampl., 2001.
- FONSECA, D.C. *Os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a construção de sentidos sobre adolescência*. Tese (Doutorado) - Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. In:_____, *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9-12, 1984.
- _____. *Professora sim, tia não! Cartas a quem ousa ensinar*. (9ª Ed.) São Paulo: Olho D'água, 1998.
- FRIZZO, K.R.; SARRIERA, J.C. Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares. *Psicol. cienc. prof.*, Jun, vol.26, no.2, p.198-209, 2006.
- GONZÁLES REY, F. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LANE, S. T. O processo grupal. In: ____ e CODO, W. (Org.) *Psicologia social – o homem em movimento*. SP: Brasiliense, 2004.
- LEONTIEV, A. *Actividad, Conciencia Y Personalidad*. Ed. Ciencias del Hombre. B. Aires. Caps. III e IV, 1978.
- LIBERATTI, W.; PÚBLIO, C. *Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros Editora, 1993.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder*. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., (Colección Textos Universitarios, 10), 1989.
- MARTINS, L. M. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%20%20-%20Tema%203.pdf>> Acesso em: 02 Outubro de 2010, 2009.
- MARTINS, S. T. F. Psicologia social comunitária e processo grupal: a formação do psicólogo em saúde pública. In: *3º Congreso Internacional Docencia Universitaria e Innovación*. Barcelona: Signo Impressió, p.01-09, 2004.
- MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martin-Baró. São Paulo, *Psicologia e Sociedade*, v.15, n.1, p.201-217, jan./jun. 2003.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, 1983a.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Abril, Vol I, 1983b.
- MOLON, S.I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NASCIMENTO, M. L.DO ; SCHEINVAR, E. Estela Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estud. pesqui. psicol.*, Dez., vol.5, no.2, p.51-66, 2005.
- NASCIMENTO, M. L.DO ; SCHEINVAR, E. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. *Aletheia*, Jun, no.25, p.152-162, 2007.
- OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A; MARTINS, S.T.F.; SILVA, N.R.(orgs.) *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SANTOS, G.L. dos. O Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: a escola tecendo redes de proteção: notas sobre o planejamento, execução e os resultados. In: _____. FELIZARDO JUNIOR, L. C. e UDE,. *Escola, violência e redes sociais* (orgs.). Belo Horizonte: FaE/UFGM, p. 51-63, 2009.
- SAWAIA, B.B. (orgs) *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC. p.157-168, 1995.
- SÈVE, Lucien. *Marxismo e teoria da personalidade*. Vol. 1, 2 e 3. (trad. GODINHO, E. L.). Lisboa: Horizonte, 1979.
- SUGUIHIRO, V.L. T.A prática pedagógica dos conselhos. Infância e Juventude: desafios para o século XXI/ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. *Centro de Formação e Informação em Políticas Públicas – Campo Grande*, MS: Ed. UFMS. P.67-70, 1999.
- TELLES, V.S. *Direitos sociais – afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999.
- VIGOTSKI, L.S. *Obras Escogidas IV*. Psicologia Infantil. Editorial Pedagógica, Moscú. 2ª. Ed, 2006/1984.
- _____. *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.